



CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO
COM HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CANELA - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO
GRANDE DO SUL - RS

Profissional do Magistério
com Habilitação em
História

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: SL-219JL-26
7908403599592

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	17
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	24
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	27
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	31
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	35
7. Figuras de linguagem.....	38
8. Funções da linguagem.....	41
9. Variação linguística.....	42
10. Adequação comunicativa.....	43
11. Ortografia oficial.....	47
12. Acentuação gráfica.....	51
13. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	53
14. Estrutura e formação de palavras.....	62
15. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	65
16. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	68
17. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	72
18. Concordância nominal e verbal.....	75
19. Regência nominal e verbal.....	79
20. Emprego da crase.....	83
21. Colocação pronominal.....	85
22. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	86
23. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	89
24. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular.....	91
25. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.....	95

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	117
2. Teorias da aprendizagem.....	123
3. Tendências pedagógicas.....	128
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	129
5. Função social da escola e papel do professor.....	133
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	137
7. Projeto Político-Pedagógico.....	141
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	143
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	147
10. Relação entre teoria e prática.....	151

11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	155
12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	159
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	162
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	167
15. Educação integral.....	171
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	172
17. Alfabetização e letramento.....	176
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	177
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	181
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	185
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	232
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	251
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	291
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	306

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em História

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e epistemológicos do ensino de História	315
2. História na educação básica e sua contribuição para a formação crítica, cidadã, ética e democrática dos estudantes.....	319
3. Concepções de História, tempo histórico, memória, identidade, cultura, sociedade, poder, trabalho, permanência, mudança, ruptura e continuidade	322
4. Fontes históricas: documentos escritos, orais, iconográficos, materiais, audiovisuais, digitais e patrimoniais; metodologia da pesquisa histórica e uso de fontes no ensino de História	326
5. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o componente curricular História; competências e habilidades relacionadas ao ensino de História	331
6. Metodologias do ensino de História	334
7. Planejamento, organização e avaliação de práticas pedagógicas em História.....	339
8. Construção do conhecimento histórico em sala de aula; consciência histórica, pensamento histórico, narrativa histórica e interpretação crítica dos processos sociais	343
9. História local, regional, nacional e mundial; história do município, de Santa Catarina e da região Sul, quando aplicável..	347
10. Pré-História, origem da humanidade, processos de hominização, primeiras sociedades e modos de vida	351
11. Antiguidade Oriental e Ocidental: Egito, Mesopotâmia, Hebreus, Fenícios, Persas, Grécia e Roma	355
12. Idade Média: feudalismo, Igreja, cultura medieval, relações de poder, economia, sociedade e transformações do período	374
13. Formação do mundo moderno: Renascimento, Reformas Religiosas, Absolutismo, Mercantilismo, expansão marítima europeia e colonialismo.....	378
14. Povos indígenas da América e do Brasil: organização social, cultura, território, resistência e direitos	388
15. Colonização da América e do Brasil: exploração, escravização, catequese, economia colonial, sociedade e conflitos; escravidão indígena e africana, tráfico transatlântico, resistência negra, quilombos, abolicionismo e pós-abolição; história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; Revoluções Inglesas, Iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa e independências nas Américas.....	392
16. Formação do Estado brasileiro: Independência, Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado.....	396

ÍNDICE

17. República no Brasil: Primeira República, Era Vargas, República Populista, Ditadura Civil-Militar, redemocratização e Nova República; movimentos sociais, lutas por direitos, cidadania, democracia, participação política e direitos humanos	401
18. História política, econômica, social e cultural do Brasil; imigração, formação populacional, diversidade étnico-racial e identidade brasileira	415
19. História de Santa Catarina: ocupação territorial, povos originários, colonização, imigração, economia, cultura e processos políticos.....	419
20. Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, crise de 1929, regimes totalitários, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e ordem mundial contemporânea; descolonização da África e da Ásia, conflitos internacionais, globalização e geopolítica contemporânea.....	424
21. América Latina: colonização, independências, ditaduras, redemocratização, desigualdades e movimentos sociais; capitalismo, socialismo, liberalismo, nacionalismo, imperialismo, neoliberalismo e transformações do mundo do trabalho	428
22. Patrimônio histórico, cultural, material e imaterial; museus, arquivos, memória social e preservação patrimonial	432
23. Educação para as relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; gênero, diversidade, direitos humanos, cidadania, intolerância, preconceito, racismo e discriminação no ensino de História	436
24. Interdisciplinaridade entre História, Geografia, Arte, Língua Portuguesa, Ciências e demais áreas do conhecimento; uso de mapas, linhas do tempo, imagens, filmes, músicas, literatura, jornais, tecnologias digitais e recursos didáticos no ensino de História	440
25. Inclusão, acessibilidade e diversidade no ensino de História; adaptação de práticas pedagógicas para estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas.....	445
26. Avaliação da aprendizagem em História: instrumentos, critérios, registros, produção textual, análise de fontes, seminários, projetos e participação; elaboração de planos de aula, sequências didáticas, projetos pedagógicos e registros escolares	449
27. Ética profissional, responsabilidade docente, mediação de conflitos, trabalho em equipe e relação entre escola, família e comunidade	454
28. Legislação educacional aplicada à educação básica, à educação inclusiva, às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e ao ensino de História	458

Material Digital

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
6. Plano Municipal de Educação de Canela	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141

ÍNDICE

15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	142
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	165

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLOGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

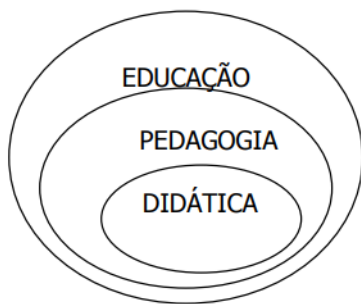
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos históricos do ensino de História estão relacionados à própria trajetória dessa disciplina na educação. Ao longo do tempo, a forma de ensinar História mudou conforme os projetos de sociedade, as concepções de educação, os interesses políticos e os avanços da produção historiográfica. Compreender essa trajetória ajuda a perceber que o ensino de História sempre esteve ligado às necessidades e disputas de cada época.

Durante muito tempo, o ensino de História foi marcado por uma perspectiva tradicional. Nessa abordagem, predominava a memorização de datas, nomes, batalhas, governos e acontecimentos políticos. A narrativa histórica costumava seguir uma linha cronológica rígida, valorizando grandes personagens, feitos militares e decisões de elites políticas. Os estudantes eram frequentemente colocados na posição de receptores de informações, com pouca participação na análise crítica dos conteúdos.

Essa forma de ensino estava muito ligada à construção de identidades nacionais. A História escolar era usada para fortalecer sentimentos de pertencimento à nação, valorizar símbolos oficiais e criar uma memória comum. Heróis nacionais, datas cívicas e episódios considerados fundadores ocupavam lugar central. Embora essa perspectiva tenha contribuído para organizar determinados repertórios históricos, também produziu silenciamentos, pois deixou de lado muitos sujeitos sociais, como povos indígenas, africanos escravizados, mulheres, trabalhadores, populações pobres e grupos populares.

Com o desenvolvimento da historiografia e das ciências humanas, novas abordagens passaram a questionar esse modelo. A História deixou de ser compreendida apenas como narrativa de grandes acontecimentos políticos e passou a incluir aspectos econômicos, sociais, culturais, religiosos, cotidianos, ambientais e simbólicos. A vida de pessoas comuns, as relações de trabalho, as mentalidades, as resistências, as culturas populares e as experiências de grupos marginalizados passaram a ganhar maior atenção.

Essas mudanças influenciaram o ensino de História. Aos poucos, a disciplina passou a valorizar mais a análise de fontes, a interpretação de diferentes versões, a compreensão de processos históricos e a relação entre passado e presente. O estudante deixou de ser visto apenas como alguém que deve memorizar conteúdos e passou a ser compreendido como sujeito que pode investigar, questionar, comparar e construir explicações.

Outro aspecto histórico importante é a ampliação dos temas ensinados. A História escolar passou a incorporar discussões sobre diversidade étnico-racial, direitos humanos, cultura afro-brasileira, povos indígenas, gênero, patrimônio, memória, história local, movimentos sociais e cidadania. Essa ampliação tornou o ensino mais próximo da realidade dos estudantes e mais comprometido com a pluralidade social.

No Brasil, o ensino de História também sofreu influências de diferentes contextos políticos. Em períodos autoritários, muitas vezes foi reduzido ou controlado para evitar reflexão crítica. Em períodos de abertura democrática, ganhou força a preocupação com cidadania, participação social e análise das desigualdades.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos filosóficos do ensino de História envolvem reflexões sobre o ser humano, o tempo, a liberdade, a memória, a verdade, a cultura, a ética e a vida em sociedade. Ensinar História não é apenas apresentar acontecimentos passados; é convidar o estudante a pensar sobre a experiência humana, sobre as escolhas feitas por diferentes sociedades e sobre as consequências dessas escolhas.

Uma das questões filosóficas centrais da História é o tempo. O ser humano vive no tempo, interpreta o passado, age no presente e projeta o futuro. O ensino de História ajuda o estudante a perceber que o presente não é natural nem eterno. As formas de governo, trabalho, família, religião, tecnologia, comunicação, cultura e organização social mudam ao longo do tempo. Essa percepção amplia a capacidade de questionar a realidade.

Outro fundamento filosófico importante é a noção de ação humana. A História mostra que os seres humanos não são apenas produtos das circunstâncias; eles também agem, resistem, criam, transformam e disputam sentidos. Ao estudar revoltas, movimentos sociais, invenções, migrações, conflitos e mudanças culturais, o estudante compreende que as sociedades são resultado de ações humanas coletivas e individuais.

A liberdade é outro tema relevante. A História apresenta situações em que grupos lutaram por liberdade, autonomia, direitos e reconhecimento. Também mostra contextos de dominação, escravidão, colonialismo, autoritarismo e exclusão. Esse contraste permite refletir sobre a importância da dignidade humana e da responsabilidade social.

A memória também possui dimensão filosófica. O que uma sociedade escolhe lembrar? O que prefere esquecer? Quem tem o direito de contar a história? Monumentos, datas comemorativas, museus, arquivos, nomes de ruas e narrativas familiares revelam disputas sobre memória. O ensino de História ajuda

a diferenciar memória e conhecimento histórico. A memória é importante, mas pode ser seletiva, afetiva e parcial. A História busca interpretar vestígios com método e crítica.

A verdade histórica também exige reflexão. O conhecimento histórico não é invenção livre, mas também não é reprodução exata do passado. Ele é construído a partir de fontes, perguntas, métodos e interpretações. Por isso, diferentes historiadores podem produzir explicações distintas sobre um mesmo processo, desde que fundamentadas em evidências.

A ética é outro fundamento essencial. Estudar História permite refletir sobre injustiças, violências, resistências e responsabilidades. A análise de escravidão, genocídios, guerras, preconceitos, desigualdades e autoritarismos deve ser conduzida com seriedade, evitando naturalizações ou simplificações.

Do ponto de vista filosófico, o ensino de História também contribui para formar consciência crítica. O estudante aprende que a realidade social pode ser analisada, explicada e transformada. Ele percebe que ideias, instituições e valores têm história.

FUNDAMENTOS SOCIAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos sociais do ensino de História estão ligados à compreensão de que os seres humanos vivem em sociedade e constroem suas experiências por meio de relações sociais. A História permite analisar como diferentes grupos organizam a vida coletiva, produzem cultura, distribuem poder, criam formas de trabalho, estabelecem conflitos e constroem identidades. Por isso, ensinar História é também ensinar a compreender a sociedade.

A sociedade não é homogênea. Ela é formada por grupos com diferentes interesses, posições, valores, culturas e condições de vida. Ao estudar História, o estudante percebe que reis, governantes, trabalhadores, camponeses, indígenas, africanos, mulheres, crianças, imigrantes, religiosos, comerciantes, artistas, intelectuais e grupos populares participaram dos processos históricos de maneiras diversas. Essa pluralidade amplia a compreensão sobre quem faz a História.

Um dos fundamentos sociais mais importantes é a análise das desigualdades. A História mostra que desigualdades econômicas, raciais, de gênero, territoriais e culturais foram construídas ao longo do tempo. Elas não são naturais. Foram produzidas por sistemas de trabalho, formas de dominação, leis, costumes, preconceitos, práticas econômicas e relações de poder. Compreender essa construção histórica ajuda a enfrentar visões simplistas sobre a sociedade.

O ensino de História também permite compreender os conflitos sociais. Revoltas, greves, movimentos por direitos, lutas por terra, resistências culturais, disputas religiosas e conflitos políticos mostram que a sociedade é marcada por tensões. Esses conflitos não devem ser vistos apenas como desordem, mas como parte da dinâmica histórica.

A cultura é outro fundamento social relevante. Cada sociedade produz modos de viver, falar, vestir, celebrar, rezar, trabalhar, brincar, alimentar-se e interpretar o mundo. A História ajuda a reconhecer a diversidade cultural e a combater visões preconceituosas que classificam culturas como superiores ou inferiores.

A identidade também se constrói socialmente. As pessoas se reconhecem como pertencentes a famílias, comunidades, regiões, povos, nações, grupos religiosos, étnicos, profissionais e culturais. O ensino de História ajuda o estudante a compreender sua própria identidade e a respeitar identidades diferentes.

A história local tem papel importante nos fundamentos sociais. Ao estudar a comunidade em que vive, o estudante percebe que a História não está apenas nos grandes acontecimentos mundiais. Ela também está nas ruas, famílias, prédios, festas, memórias, trabalhadores, migrações e transformações do seu território.

O ensino de História também fortalece o senso de pertencimento. Quando o estudante compreende os processos que formaram sua sociedade, consegue relacionar experiências individuais a processos coletivos. Isso amplia sua capacidade de participação social.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos políticos do ensino de História estão relacionados à formação cidadã, à compreensão do poder, à análise das instituições, à participação social e à defesa de uma convivência democrática. A História permite compreender como diferentes sociedades organizaram governos, leis, direitos, deveres, conflitos, formas de dominação e lutas por liberdade. Por isso, seu ensino possui forte dimensão política.

A política, no ensino de História, não deve ser entendida apenas como ação de governantes ou partidos. Ela envolve relações de poder presentes na vida social: quem decide, quem obedece, quem participa, quem é excluído, quem tem direitos reconhecidos e quem precisa lutar por reconhecimento. A História amplia a compreensão sobre essas relações.

Ao estudar monarquias, impérios, repúblicas, revoluções, ditaduras, movimentos sociais, constituições e processos democráticos, o estudante percebe que as formas de poder mudam ao longo do tempo. Nenhuma organização política é natural ou permanente. Todas são construídas historicamente e podem ser questionadas, reformadas ou transformadas.

O ensino de História também ajuda a compreender os direitos. Direitos civis, políticos, sociais, culturais e humanos não surgiram automaticamente. Foram conquistados por meio de lutas, debates, resistências, mobilizações e mudanças institucionais. Essa compreensão fortalece a valorização da cidadania e da participação social.

Outro aspecto político importante é a análise dos autoritarismos. Estudar censura, perseguições, regimes totalitários, ditaduras, violência de Estado, propaganda política e supressão de direitos ajuda os estudantes a reconhecer os riscos da concentração de poder e da intolerância. A História contribui para a defesa da democracia quando permite compreender experiências históricas de negação da liberdade.

A dimensão política também aparece na escolha dos conteúdos. Durante muito tempo, certas histórias foram destacadas enquanto outras foram silenciadas. Valorizar a história dos povos indígenas, da população negra, das mulheres, dos trabalhadores, dos imigrantes e de grupos marginalizados é também uma forma de democratizar o conhecimento histórico.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!